

103 FEV 1980

Blues DF

Partidos, mais uma vez, afastam o DF da política

ADRIANO SOUTO

Mais uma vez o Distrito Federal foi totalmente excluído das discussões políticas brasileiras. Nem a almejada representação política para o plano Piloto e cidades-satélites, nem qualquer problema social ou econômico do DF foi incluído nos estatutos ou programas de nenhum dos novos partidos em formação.

Por entre os blocos, super-quadras e associações de classe, as vozes dispersas das lideranças da cidade reivindicam a representação política para o Distrito Federal, discussão sempre em pauta, desde os tempos do Império.

"É profundamente lamentável que uma cidade de 1 milhão e meio de habitantes, onde residem grandes expressões no campo político, cultural, administrativo e empresarial seja injustamente relegada a um plano inferior, nos deixando apenas como espectadores", desabafou o presidente da Federação do Comércio de Brasília, Newton Rossi, entendendo que é "fundamental para Brasília uma representação política e dizemos isto muito a vontade, pois não pretendemos ser candidatos a nada".

O presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindenberg Cury, vai mais além, ressaltando que "é pensamento da Associação Comercial fazer uma denúncia pública, juntamente com outras lideranças e forças vivas do DF, no sentido de que não sejam votados os candidatos aos partidos políticos que não lutarem pela representação política no DF".

OS NÍVEIS

Autor de um projeto de emenda constitucional que estabelece a representação política no DF, juntamente com o deputado Aldo Fagundes (ex-MDB-RS), o deputado Siqueira Campos (PDS-GO) entende que Brasília "é uma unidade da Federação e por isso mesmo deveria-se criar uma câmara municipal para o Plano Piloto e para cada cidade-satélite; uma Assembléia Legislativa e representação política a nível de deputados federais e senadores".

eram amplamente favoráveis à representação política e um contra ou indiferente. Estes resultados animaram a atual diretoria da Associação Comercial a definir a representação política no DF "como uma das principais metas do nosso programa de trabalho".

Nesta época, a Associação sensibilizou o então senador Catete Pinheiro (Arena - PA), que propôs uma emenda à Constituição criando a representação política a nível de deputados federais e senadores. Ao mesmo tempo os deputados Siqueira Campos e Aldo Fagundes, que tinham elaborado também uma emenda constitucional de mesmo vulto, optaram em não levar adiante a emenda e apoiaram a emenda do senador Catete Pinheiro. A conselho do então presidente do Senado Federal, Petrônio Portella, que entendia que durante o governo Geisel seria "inoportuna" uma emenda constitucional desta natureza, a proposta não foi apresentada em plenário.

Em meados de 1979, o senador Itamar Franco (PMDB - MG) retomou a luta pela representação política, apoiado pela Associação Comercial. Lembra Lindenberg Cury que "embora contássemos com o prestígio do senador, sentíamos que o projeto somente seria apoiado pela Oposição e que a emenda Itamar Franco, ao ser levada a plenário, correria o risco de não ser aprovada".

PODER LEGISLATIVO

Entende o deputado Siqueira Campos que a "simples atuação do poder legislativo acelera sobremodo o desenvolvimento de uma comunidade. A população de Brasília vem sendo prejudicada porque a rigor não tem a quem recorrer os seus problemas. Os tecnocratas, por menos importantes que sejam, são sempre de muito difícil acesso e assim estão a salvo das pressões legítimas da população, que por sua vez não tem como resolver os inúmeros problemas criados por eles".

Quanto ao governador, Siqueira Campos acha que "em razão de ser a capital da República, poderíamos abrir uma exceção e deixar o governador como um cargo de confiança, de livre nomeação pelo Presidente da República". Na verdade, com uma população calculada em 300 mil eleitores, o Distrito Federal tem capacidade para se representar através de 7 deputados federais e três senadores.

Olhando a situação a curto prazo, Lindenberg Cury e Newton Rossi acreditam que seria mais viável a criação de representação política somente a nível de deputados federais e senadores, deixando para o futuro a discussão sobre a necessidade de uma câmara municipal, ou várias, e de uma Assembléia Legislativa. No entanto, ambos concordam que o governador teria necessariamente de ser um cargo de confiança do Presidente da República, mesmo porque o presidente apoiaria o seu governador com verbas, já que o Distrito Federal não possui arrecadação suficiente. "Seria até contraproducente um governador do DF que fosse da oposição", disse o presidente da Federação do Comércio.

Por outro lado, o parlamentar do PDS afirmou que "não podemos chamar de democrática uma comunidade onde não exista representação popular. Brasília é uma comunidade governada por um arbítrio, pela arrogância dos tecnocratas, expostos aos riscos da corrupção, dos desmandos e dos erros, que inegavelmente quase sempre vêm sendo a tônica dos seus governos".

Integrante do partido do governo, o parlamentar reiterou a confiança que, no geral, "certos setores governamentais estão adquirindo certa simpatia pela causa" e que "o atual governador me parece amplamente favorável à representação política, pois é um homem probo e capaz".

ABERTURA

Com uma vasta tradição na luta pela representação política do DF o presidente da Associação Comercial acha que Brasília possui um dos quadros de eleitores mais instruídos do país, "côscios dos seus direitos e obrigações eleitorais. Não se justifica que uma população deste nível fique à margem das decisões políticas do país no momento de abertura".

Uma pesquisa de opinião realizada em 1977 pela Associação Comercial apresentou resultados surpreendentes. De cada 10 eleitores consultados, nove

Reiterou Siqueira que "a minha posição é a de reconhecer a condição de unidade da Federação que de fato Brasília possui, mas que não vem sendo respeitada por aqueles constitucionistas com a auréola de notável, que definem esta cidade como município neutro".

UMA TRADIÇÃO

"Constitui tradição brasileira legislar o Congresso Nacional pertinememente ao Distrito Federal", justificou Siqueira Campos ao apresentar o projeto de resolução nº 5 de 1975, que reinstitui a Comissão do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

De fato, a tradição vem desde a constituição imperial de 1824, que passou a reconhecer e garantir o direito de intervir todo o cidadão nos negócios de sua província. Esse direito era exercitado pela Câmara do Distrito e pelo Conselho da Província, que tinha "por principal objeto, propor, discutir e deliberar sobre os negócios da Província".

A Constituição de 1934 previa a competência privativa da União para legislar a respeito do Distrito Federal, estabelecendo que suas funções deliberativas cabiam a uma Câmara Municipal eletiva. Já a constituição de 1946 determinava que o Distrito Federal teria "Câmara eleita pelo povo, com funções legislativas", mas sua organização administrativa e judiciária era regulada por lei federal.

Com a mudança da capital da República para o Planalto Central, foi resguardado o texto legal da constituição de 1946, no que se diz respeito à autonomia representada pela existência de uma Câmara, com atribuições legislativas, conforme se depreende do artigo 6º e seguintes da Lei San Tiago Dantas, que estabelece também, no capítulo das disposições transitórias, que "as eleições para a Câmara do Distrito Federal terão lugar, pela primeira vez, a 3 de outubro de 1962", o que nunca chegou a ser realizado.

A constituição de 1967 mudou as regras do jogo estabelecendo que "cabrá ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal", instituindo à competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis que "disponham sobre a organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal", situação pendente até hoje.